

JÚLIO CAMARGO DE AZEVEDO

MANUAL DE

PRÁTICA

CÍVEL PARA

DEFENSORIA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO
CAIO PAIVA

PREFÁCIO
**FERNANDO DA FONSECA
GAJARDONI**

2ª
EDIÇÃO

2019


EDITORA
CEI

PREFÁCIO

Foi com um misto de alegria e orgulho que recebi o convite para prefaciар o primeiro livro do Defensor Público Júlio Camargo de Azevedo.

Alegria por ver no ainda jovem pesquisador e professor o traço distintivo dos grandes mestres: a facilidade da escrita, a profundidade com que trata os temas, a utilidade e oportunidade do material produzido.

E orgulho por pensar que lá atrás, quando ele ainda era bacharelando e especializando em Direito na Faculdade de Direito da UNESP/Franca-SP, participei de sua formação processual ao orientar suas monografias de conclusão de curso (*Princípios do processo coletivo aplicáveis à tutela dos interesses metaindividuais - uma análise feita à luz do Projeto de Lei 5.139/09*) e especialização em Direito Processual Civil (*Legitimidade processual coletiva*).

Os anos se passaram e cá está o autor em plena e exitosa atividade acadêmica/profissional. É mestrando em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP (sob a experiente batuta do Prof. Associado Rodolfo Mancuso), além de exercer com todo esmero e dedicação a função de Defensor Público no Estado de São Paulo.

Exatamente em vista destes predicados que Júlio Camargo de Azevedo tem plena capacidade de fornecer à comunidade jurídica a obra ora prefaciada (Prática Cível para Defensoria Pública), fruto da junção de sua experiência prática com a acadêmica.

A obra traça um panorama geral de prática processual civil para a Defensoria Pública (um manual de consulta para se ter a mão), aprofundando nos temas processuais mais recorrentes do dia a dia do Defensor Público, inclusive com a apresentação de modelos de peças a fim de facilitar a atuação.

O livro é dividido em 06 grandes partes.

Na primeira parte é feito um panorama geral sobre o trato da Defensoria Pública no CPC/2015, com abordagem das prerrogativas processuais da instituição (intimação, prazos, negativa geral, etc.) e da disciplina legal da assistência jurídica gratuita.

Na segunda parte faz-se importante análise sobre a indispensável atuação extrajudicial da Defensoria. Investigam-se os métodos consensuais de tratamento dos conflitos no CPC/2015 e o papel do Defensor Público na implementação extrajudicial deles (perfis proativo, integrativo, preventivo, interdisciplinar e pedagógico). Encerra-se com a apresentação de modelos/termos de cartas e acordos celebrados no âmbito pré-processual.

A parte terceira da obra incursiona pela atuação judicial da Defensoria Pública no procedimento comum. Percorrem-se todas as fases a atuação do Defensor Público em juízo, desde a petição inicial, passando-se pela fase instrutória, decisória e recursal, chegando à fase do cumprimento de sentença.

A quarta parte cuida da atuação institucional específica da Defensoria Pública em determinados tipos de demandas judiciais cíveis, tais como as relacionadas a grupos vulneráveis específicos (vítimas de violência doméstica, deficientes, transexuais, etc.), nas ações de família, na função de curador especial (art. 72 do CPC/2015), como *amicus curiae* (art. 138 do CPC/2015)

ou interveniente nas ações possessórias coletivas (art. 565 do CPC/2015). Faz-se, ainda, análise sobre a atuação da instituição frente à sistemática de precedentes vinculantes, ao microsistema de demandas repetitivas e em defesa dos direitos sociais.

Na quinta parte tem-se o trato da cada vez mais importante atuação da Defensoria Pública no âmbito da tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Definitivamente não se pode mais pensar na tutela dos direitos e interesses metaindividuais no Brasil sem considerar a Defensoria Pública como um importante *player* na proteção dos direitos humanos e dos grupos vulneráveis em geral.

Por fim, na sexta e última parte da obra, são apresentadas noções sobre técnica e redação jurídica na atuação cível do Defensor Público.

O *Manual* ora apresentado (com “M” maiúsculo mesmo) tem tudo para se tornar obra de referência para aqueles que almejam se preparar para o concurso de ingresso na Defensoria Pública.

Mais do que isso, ousou dizer que em um intervalo muito curto de tempo não haverá uma única unidade da Defensoria Pública sem um exemplar deste livro para consulta diária.

O que resta, então, a fim de concluir esta breve apresentação, é parabenizar o autor e a editora pela oportunidade da obra. E fazer votos que este seja apenas o primeiro de muitos outros trabalhos a serem apresentados pelo autor.

São Paulo, verão de 2018.

FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI

Doutor e Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP (FD-USP). Professor Doutor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP) e do programa de Mestrado em Direitos Coletivos e Cidadania da UNAERP. Juiz de Direito no Estado de São Paulo.